



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

001. PROVA OBJETIVA

PROCURADOR JURÍDICO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 70 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 01.** É correto afirmar que proposta de reforma tributária que consista de emenda constitucional voltada à transferência à União das competências tributárias de estados e municípios, com a contrapartida da compensação das perdas por meio de transferências federais será
- (A) constitucional, pois o federalismo pressupõe cooperação entre União, estados e municípios, além do Distrito Federal.
 - (B) constitucional, pois a autonomia tributária não pertence ao núcleo da autonomia para auto-organização dos entes federados, conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.
 - (C) inconstitucional, pois invalida materialmente as condições fáticas do exercício da autonomia resguardada pelo constituinte originário aos estados e municípios.
 - (D) inconstitucional, pois não cabe à emenda constitucional, mas sim à lei complementar tratar de conflitos de competência entre União, estados, municípios e Distrito Federal.
 - (E) inconstitucional, pois não se admite a vinculação de receita de impostos, ainda que para fazer frente à compensação de perdas arrecadatórias de estados e municípios.
- 02.** Na hipótese de perda do mandato do Chefe do Poder Executivo Municipal por crime de responsabilidade (impeachment), caso haja divergência entre o que dispõe a lei orgânica municipal e a Constituição Estadual relativamente à ordem de sucessão das autoridades municipais no cargo de Prefeito, é correto afirmar, com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que se deverá aplicar o quanto estabelecido
- (A) na Constituição Estadual, desde que em respeito ao princípio da simetria com o estabelecido para a perda de mandato do Presidente da República do plano federal.
 - (B) na Lei Orgânica Municipal, desde que em respeito ao princípio da simetria com o estabelecido para a perda de mandato do Presidente da República do plano federal.
 - (C) na Constituição Federal para o caso de perda de mandato do Presidente da República, independentemente do estabelecido na Constituição Estadual.
 - (D) na Constituição Estadual, independentemente do estabelecido na Constituição Federal para o caso de perda de mandato do Presidente da República.
 - (E) na Lei Orgânica Municipal, por se tratar o tema de matéria adstrita ao âmbito da autonomia municipal, impassível de ser constitucionalmente invalidado pelo disposto na Constituição Estadual.
- 03.** Conceder-se-á mandado de injunção sempre que:
- (A) a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
 - (B) seja denegado *habeas data* proposto contra ato de ministro de estado que nega acesso a informação solicitada por jornalista.
 - (C) a existência de norma regulamentadora restrinja o exercício pleno de direitos trabalhistas ou outros direitos sociais.
 - (D) seja desejável o reconhecimento *erga omnes* da inconstitucionalidade por omissão do Poder Legislativo.
 - (E) se estiver diante do chamado “estado de coisa inconstitucional”.
- 04.** Segundo o disposto na Constituição Federal, a Súmula Vinculante poderá ser aprovada por:
- (A) 2/3 (dois terços) do Superior Tribunal de Justiça.
 - (B) 3/5 (três quintos) do Superior Tribunal de Justiça.
 - (C) 4/5 (quatro quintos) do Supremo Tribunal Federal.
 - (D) 2/3 (dois terços) do Supremo Tribunal Federal.
 - (E) 3/5 (três quintos) do Supremo Tribunal Federal.
- 05.** “ Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (...) participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.”
- O dispositivo constitucional transcrito acima é exemplo de norma constitucional
- (A) de eficácia contida.
 - (B) de eficácia limitada.
 - (C) programática.
 - (D) de eficácia plena.
 - (E) de eficácia simples.

06. Sobre o controle de constitucionalidade de leis municipais, é correto afirmar que:

- (A) compete ao Tribunal de Justiça estadual processar e julgar a ação direta de inconstitucionalidade de lei municipal em face da Constituição Federal.
- (B) não há possibilidade de controle concentrado de constitucionalidade de leis ou atos normativos municipais em face da Lei Orgânica do Município, seja junto ao Tribunal de Justiça Estadual, seja junto ao Supremo Tribunal Federal.
- (C) a proposição de ação direta no Tribunal de Justiça por violação de trecho da Constituição Estadual de reprodução obrigatória da Constituição Federal suspende a ação ajuizada perante o Supremo Tribunal Federal.
- (D) não é cabível o uso da arguição de descumprimento de preceito fundamental, ainda que subsidiariamente, para a realização de controle concentrado de constitucionalidade de lei municipal em face da Constituição Federal.
- (E) apenas é possível o controle de constitucionalidade difuso, também chamado de *stare decisis*, no caso de violação por lei municipal a dispositivo da Constituição Federal.

07. É competência privativa do Senado Federal, segundo a Constituição Federal,

- (A) iniciar o processo legislativo.
- (B) analisar a admissibilidade de medida provisória editada pelo Chefe do Poder Executivo.
- (C) autorizar operações externas de natureza financeira de interesse dos municípios.
- (D) autorizar a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- (E) conceder, em nome da União, garantias financeiras em empréstimos internacionais tomados por estados e municípios.

08. A respeito das imunidades parlamentares no Direito Constitucional brasileiro, é correto afirmar que:

- (A) não há previsão constitucional de imunidade formal ou material em relação aos vereadores municipais.
- (B) a garantia de imunidade parlamentar não implica ausência de responsabilidade civil, mas apenas responsabilidade penal.
- (C) a garantia de imunidade parlamentar não implica ausência de responsabilidade penal, mas apenas responsabilidade civil.
- (D) a imunidade material não se estende a opiniões proferidas fora do local da casa legislativa onde o mandato parlamentar é exercido.
- (E) não há previsão constitucional de imunidade formal em relação aos vereadores municipais, mas apenas imunidade material.

09. Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e no texto constitucional, é correto afirmar que:

- (A) o rol de direitos e garantias fundamentais é taxativo, comportando, porém, interpretação extensiva.
- (B) os chamados direitos fundamentais são apenas os direitos considerados de "primeira geração", ou seja, os direitos civis e políticos.
- (C) os direitos fundamentais não são considerados como taxativamente elencados no texto constitucional, ao contrário das garantias constitucionais.
- (D) as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.
- (E) o Brasil não se submete à jurisdição do Tribunal Penal Internacional.

10. É princípio da ordem econômica nacional, segundo o texto constitucional,

- (A) a soberania nacional.
- (B) a propriedade coletiva.
- (C) a vedação à imposição de condicionantes para o exercício de atividade econômica.
- (D) o respeito ao salário mínimo.
- (E) a subsidiariedade do capital estrangeiro.

DIREITO ADMINISTRATIVO

11. Assinale a alternativa correta a respeito das agências reguladoras.

- (A) É uma autarquia de regime especial, subordinada hierarquicamente à União, dotada de autonomia funcional e normativa, e seus diretores possuem mandato por prazo determinado.
- (B) O processo de decisão da agência reguladora, referente à regulação, terá caráter colegiado e deverá deliberar por maioria simples dos votos de seus membros.
- (C) Toda e qualquer decisão colegiada da agência reguladora deverá ser precedida de audiência pública para oitiva de eventuais interessados.
- (D) O controle externo das agências reguladoras será exercido pelo Congresso Nacional, com auxílio do Tribunal de Contas da União.
- (E) Haverá, em cada agência reguladora, 1 (um) ouvidor, subordinado ao Presidente da autarquia, que exercerá suas atribuições sem acumulação com outras funções.

12. Suponha que o Município faça parte de um consórcio público na área da saúde, que é constituído como pessoa jurídica de direito privado, e uma autarquia municipal sua pretenda contratar esse mesmo consórcio para prestação de serviços. Nessa situação hipotética, é correto afirmar que a pretendida contratação
- (A) é legalmente permitida, mas deverá ser efetivada por meio de licitação aberta a outros interessados para que seja escolhida a proposta mais vantajosa.
 - (B) não é permitida por lei, uma vez que um ente da administração indireta não pode contratar consórcio de que o próprio município faça parte.
 - (C) é legalmente permitida, havendo, inclusive, previsão de dispensa de licitação nessa hipótese.
 - (D) não poderá ser efetivada pela autarquia por ser um consórcio público da área da saúde.
 - (E) somente poderia ser efetivada se o consórcio fosse constituído como associação pública, e não como pessoa jurídica de direito privado.
13. Felisberto é servidor público municipal e foi cedido para prestar serviços, em um cargo de segundo escalão, à uma organização social (OS) que celebrou contrato de gestão com o respectivo município, sendo que este continuará a pagar os vencimentos do cargo de origem de Felisberto. Mas a OS em questão decidiu acrescentar uma gratificação aos seus vencimentos, mais um adicional relativo ao exercício de função temporária de assessoria. Nessa situação hipotética, segundo o que dispõe a Lei n. 9.637/98, é correto afirmar que
- (A) Felisberto não poderia ser cedido com ônus para o Município, pois deveria ser remunerado diretamente pela OS e não poderia receber gratificação cumulada com o adicional pelo exercício da função de assessoria.
 - (B) o Município poderia ceder seu funcionário para a OS e continuar pagando os seus vencimentos, mas Felisberto perderá as vantagens do cargo de origem, em razão de ocupar cargo de segundo escalão na organização social.
 - (C) o Município poderia ceder seu funcionário para a OS e continuar pagando seus vencimentos, os quais incorporarão a gratificação percebida pelos serviços prestados na Organização Social.
 - (D) Felisberto não poderia vir a perceber gratificação ou adicional pelos serviços de assessoria prestada na organização social, uma vez que está sendo remunerado pelo Município com base no seu cargo de origem.
 - (E) o Município poderia ceder seu funcionário para a OS, com ônus para a origem, mas não será incorporada à remuneração de origem de Felisberto a vantagem pecuniária paga pela organização social.
14. É correto afirmar que, atendidos aos demais requisitos instituídos pela Lei nº 9.790/1999, podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
- (A) as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 1 (um) ano.
 - (B) os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional, que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 1 (um) ano.
 - (C) as cooperativas que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 2 (dois) anos.
 - (D) as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado, criadas por órgão público ou por fundações públicas, que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 3 (três) anos.
 - (E) as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 3 (três) anos.
15. Nos termos da Lei nº 13.019/2014, o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, propostas pela administração pública, que envolvam a transferência de recursos financeiros, denomina-se
- (A) Termo de Colaboração.
 - (B) Acordo de Cooperação.
 - (C) Termo de Fomento.
 - (D) Acordo de Gestão.
 - (E) Contrato de Gestão.
16. A alteração ou a extinção do contrato de consórcio público dependerá de
- (A) acordo entre todas as partes e aprovado por assembleia geral, que independerá de ratificação posterior.
 - (B) instrumento aprovado pela assembleia geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados.
 - (C) manifestação expressa de cada parte, autorizada por meio de decreto dos respectivos chefes do Poder Executivo.
 - (D) mero acordo assinado pelas partes, que valerá de imediato após a assinatura do último consorciado.
 - (E) prévia autorização legislativa de cada ente consorciado, que deverá ser ratificado posteriormente em assembleia extraordinária específica.

17. Átila é servidor público ocupante de cargo em comissão e está sendo nomeado para exercer, interinamente, um outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa; enquanto Ariadne, também servidora pública, ocupante de cargo em comissão, está sendo indicada para participar do conselho de administração de uma empresa pública. Considerando o regime jurídico dos servidores públicos, é correto afirmar que
- (A) Átila poderá acumular os dois cargos em comissão, mas deverá optar pela remuneração de um deles, enquanto Ariadne poderá perceber os vencimentos do seu cargo acumuladamente com a remuneração pela participação no conselho.
 - (B) ambos estão impedidos de assumir os respectivos cargo e função, tendo em vista a vedação constitucional de acumulação de cargos e funções públicas.
 - (C) Átila não poderá acumular os dois cargos, por expressa vedação legal, mas nada impede que Ariadne assuma a função no conselho da empresa pública, pois essa situação não é uma hipótese de acumulação de cargos proibida por lei.
 - (D) ambos poderão acumular o cargo e a função, respectivamente, não havendo impedimento legal para perceberem a remuneração de cada um deles, desde que haja compatibilidade de horários.
 - (E) enquanto Átila estiver exercendo o cargo de confiança, interinamente, ele deverá ficar afastado do cargo originário, enquanto Ariadne poderá assumir o conselho da empresa pública, sem prejuízo da remuneração do cargo de origem, mas ficará sujeita ao teto remuneratório do funcionalismo.
18. A respeito da responsabilidade do servidor público, é correto afirmar que
- (A) a absolvição do servidor público na esfera criminal, por crime funcional, por ausência de prova enseja obrigatoriamente a sua absolvição na esfera administrativa.
 - (B) o STF adotou o entendimento de que o desconto em hollerith para ressarcimento ao erário poderá ser feito mesmo sem consentimento do servidor.
 - (C) a condenação do servidor por crime funcional no processo penal não implica a sua condenação na esfera administrativa, tendo em vista a independência das instâncias.
 - (D) a decisão no processo penal que absolve o servidor por atipicidade é irrelevante para o juízo civil, pois não versa sobre autoria ou materialidade do fato.
 - (E) a sentença criminal de absolvição por negativa do fato ou por negativa de autoria não implica na necessária absolvição do servidor na esfera administrativa pelo mesmo fato.
19. Segundo o disposto na Lei nº 14.133/2021, quando em uma contratação a ser feita pela Administração Pública constatar-se a impossibilidade de as especificações técnicas serem definidas com precisão suficiente pela Administração, esta deverá
- (A) dispensar a licitação.
 - (B) fazer a contratação direta por inexigibilidade de licitação.
 - (C) usar o diálogo competitivo.
 - (D) refazer o edital da licitação e republicá-lo com novas especificações.
 - (E) fazer a contratação pelos critérios de menor preço ou maior desconto.
20. Nos termos da Lei nº 12.232/2010, é correto afirmar a respeito das contratações de serviços de publicidade pela Administração que
- (A) nos contratos de serviços de publicidade, poderão ser incluídas as atividades de assessoria de imprensa, comunicação e relações públicas.
 - (B) nesse tipo de contratação, é vedada a adjudicação do objeto da licitação a mais de uma agência de propaganda.
 - (C) poderão ser incluídos como atividades complementares ao objeto contratado os serviços especializados de produção e à execução técnica das peças e projetos publicitários criados.
 - (D) as licitações previstas na Lei serão processadas e julgadas por comissão permanente ou especial, incluindo a análise e julgamento das propostas técnicas.
 - (E) as agências contratadas deverão, durante o período de, no mínimo, 10 (dez) anos após a extinção do contrato, manter acervo comprobatório da totalidade dos serviços prestados e das peças publicitárias produzidas.
21. Segundo o disposto na Lei nº 9.394/1996, é correto afirmar sobre o ensino fundamental que
- (A) é vedado aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos.
 - (B) o regime de progressão continuada não poderá ser adotado nos estabelecimentos que utilizam a progressão regular por série.
 - (C) o ensino fundamental será presencial, podendo ser substituído pelo ensino a distância quando o estabelecimento de ensino possuir estrutura adequada.
 - (D) é facultado incluir no currículo do ensino fundamental conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes.
 - (E) o estudo sobre os símbolos nacionais será incluído como tema transversal nos currículos do ensino fundamental.

- 22.** Cícero era agente administrativo em uma repartição pública e veio a cometer ato de improbidade administrativa, sujeito a ser condenado em perda da sua função pública e à sanção pecuniária. Ocorre que, logo após Cícero ter cometido o ato improprio, ele assumiu outro cargo público de nível superior. Nessa situação hipotética, considerando que foi reconhecido e comprovado o cometimento do ato sujeito às sanções da Lei nº 8.429/1992, com as alterações da Lei nº 14.230/2021, o juiz do processo
- (A) não deverá aplicar a perda da função pública contra Cícero, uma vez que ele já não mais ocupa o cargo de agente administrativo, tendo em vista o princípio da intranscendência da pena, ficando sujeito apenas à sanção da multa.
 - (B) poderá aplicar a pena de perda do novo cargo de Cícero, em face das circunstâncias do caso e da gravidade da infração, e impor pena de multa em dobro, se, em virtude da situação econômica do réu, o seu valor for ineficaz para reprovação e prevenção do ato de improbidade.
 - (C) deverá extinguir o processo, tendo em vista que houve perda superveniente do interesse de agir em razão de Cícero não mais ocupar o cargo no qual houve o cometimento do ato de improbidade.
 - (D) poderá aplicar a perda da função pública ao novo cargo de Cícero, considerando as circunstâncias do caso e a gravidade da infração, mas a pena de multa não poderá ter seu valor aumentado, uma vez que a Lei não permite decisão de agravamento de pena.
 - (E) deverá aplicar a perda da função pública a ambos os cargos públicos de Cícero, bem como poderá aplicar a pena de multa de até 100 vezes o valor do dano causado ao erário.
- 23.** Conforme dispõe a Lei nº 12.846/2013, que trata da apuração da responsabilidade das pessoas jurídicas por atos cometidos contra a administração pública, concluído o processo de reparação de danos, e não havendo pagamento, o crédito apurado será
- (A) comunicado ao Tribunal de Contas competente para as providências cabíveis.
 - (B) inscrito em dívida ativa da fazenda pública.
 - (C) objeto de execução extrajudicial por parte da Fazenda Pública.
 - (D) protestado.
 - (E) comunicado ao Ministério Pública para a devida cobrança judicial.
- 24.** No que se refere ao direito da personalidade, assinale a alternativa correta.
- (A) O exercício dos direitos da personalidade pode sofrer limitação voluntária, desde que não seja permanente nem geral.
 - (B) A dignidade pessoal não é um direito da personalidade, da qual não se pode ser obrigado a abdicar.
 - (C) Embora transmissíveis em sua essência, os efeitos patrimoniais do direito da personalidade podem não ser transmitidos.
 - (D) Os direitos da personalidade são transmissíveis e renunciáveis, sendo limitados por ato voluntário.
 - (E) O nome é um atributo do direito da personalidade, podendo ser alterado somente judicialmente.
- 25.** Ocorre exclusivamente abuso de direito quando
- (A) acontecer necessariamente um dano.
 - (B) decorrer de um ato praticado com culpa.
 - (C) o ato é resultado do exercício não regular de um direito.
 - (D) praticado o ato de maneira oculta.
 - (E) aferível subjetivamente.
- 26.** Para que haja a configuração de fraude contra credores, que autorize a propositura de ação pauliana, é necessário
- (A) que os credores sejam quirografários; que o negócio tenha levado o devedor à insolvência; que o negócio tenha sido oneroso; que o insolvente tenha praticado ato de liberalidade.
 - (B) que o negócio tenha sido oneroso; que o negócio tenha levado o devedor à insolvência; que o insolvente tenha praticado ato de liberalidade.
 - (C) que tenha sido reconhecida a fraude; que o negócio tenha levado o devedor à insolvência; que os credores sejam quirografários; que o negócio tenha sido oneroso.
 - (D) prejuízo para o credor quirografário; que o negócio tenha levado o devedor à insolvência; que os credores sejam quirografários; que haja anterioridade do crédito.
 - (E) que tenha sido reconhecida a fraude; que o negócio tenha levado o devedor à insolvência; que haja anterioridade do crédito; que o insolvente tenha praticado ato de liberalidade.
- 27.** Os efeitos da perda da propriedade imóvel serão subordinados ao registro do título transmissivo ou do ato renunciativo no Registro de Imóveis no caso de
- (A) desapropriação.
 - (B) renúncia.
 - (C) abandono.
 - (D) perecimento da coisa.
 - (E) ocupação.

28. É(São) bem(ns) móvel(is):

- (A) o direito à sucessão aberta.
- (B) as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.
- (C) os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.
- (D) as ações que asseguram os direitos reais.
- (E) as energias que tenham valor econômico.

29. Quando a obrigação for de trato sucessivo, o pagamento da última parcela

- (A) presume relativamente estarem solvidas as anteriores.
- (B) traz a extinção total da dívida, sem prova em contrário.
- (C) somente pode ocorrer com o pagamento das demais.
- (D) implica na quitação total e irrevogável da obrigação.
- (E) inverte o ônus de provar a quitação da obrigação.

30. No contrato de compra e venda, salvo cláusula em contrário, ficarão as despesas de escritura

- (A) e registro a cargo do comprador, e a cargo do vendedor as da tradição.
- (B) e registro a cargo do vendedor, e a cargo do comprador as da tradição.
- (C) a cargo do comprador, ou a cargo do vendedor as da tradição.
- (D) a cargo do vendedor, e a cargo do comprador as da tradição.
- (E) registro e tradição a cargo do comprador.

31. Considere a seguinte situação hipotética:

Candidato de concurso público perdeu a oportunidade de realizar a prova da primeira fase, uma vez que o ônibus em que se encontrava quebrou na estrada. Em razão desse fato, o candidato ingressou com pedido de indenização em face da empresa de ônibus, requerendo indenização equivalente aos salários que receberia caso fosse aprovado até sua aposentadoria.

Esse pedido constitui danos

- (A) compensatórios.
- (B) materiais.
- (C) hipotéticos.
- (D) pela perda de uma chance.
- (E) morais.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

32. Extinta a ação rescisória, por indeferimento da petição inicial, sem resolução do mérito, em decisão monocrática, o relator

- (A) poderá facultar, ao autor, o levantamento do depósito judicial.
- (B) mandará converter em multa o depósito feito por ocasião da propositura da ação.
- (C) ordenará cumprir a decisão rescindenda, ressalvada a concessão de tutela provisória.
- (D) poderá delegar a competência ao órgão que proferiu a decisão rescindenda.
- (E) determinará a reversão, em favor do réu, da importância do depósito.

33. Do despacho que conceder ou negar a suspensão de segurança de liminar

- (A) não caberá recurso.
- (B) caberá apenas pedido de reconsideração ao juízo *a quo*.
- (C) caberá apenas pedido de reconsideração ao juízo *ad quem*.
- (D) caberá recurso de agravo.
- (E) caberá novo pedido de suspensão.

34. Admite-se reconvenção sucessiva?

- (A) Sim, apenas se a questão que justifique sua propositura tenha surgido na contestação.
- (B) Sim, apenas se a questão jurídica que a fundamente tenha aparecido na primeira reconvenção.
- (C) Sim, desde que a questão que justifique a propositura tenha surgido na contestação ou na primeira reconvenção.
- (D) Não, pois se trata de uma criação teratológica jurídica, sem aplicação no direito processual brasileiro.
- (E) Não, uma vez que o instituto da reconvenção, em si, não admite reconvenções sucessivas e indefinidas.

35. A toda causa será atribuído valor certo, ainda que não tenha conteúdo econômico imediatamente aferível. O valor da causa na ação que tiver por objeto a existência de ato jurídico será:

- (A) a soma monetariamente corrigida do principal, dos juros de mora vencidos e de outras penalidades, se houver, até a data de propositura da ação.
- (B) o valor do ato ou o de sua parte controvertida.
- (C) o valor de avaliação do bem objeto do pedido.
- (D) a soma de 12 (doze) prestações mensais pedidas pelo autor.
- (E) estimado pelas partes, por não ter conteúdo econômico imediatamente aferível.

36. O Princípio da Congruência ou Adstrição refere-se à necessidade de o magistrado decidir a lide
- (A) dando vista às partes antes de proferir a sentença, em obediência ao contraditório.
 - (B) em obediência ao devido processo legal e da ampla defesa.
 - (C) evitando decisões surpresas que podem anular a sentença.
 - (D) dentro dos limites objetivados pelas partes.
 - (E) com boa-fé e objetividade.
37. Nos termos do CPC, o juiz pode inverter o ônus da prova
- (A) quando se tornar excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito.
 - (B) quando recair sobre direito indisponível da parte.
 - (C) quando afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária.
 - (D) em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade.
 - (E) nos casos previstos em lei.

DIREITO FINANCEIRO

38. Sobre as formas de quitação dos precatórios judiciais, é correto afirmar, com base na Constituição Federal:
- (A) mediante lei do ente devedor, é possível autorizar a utilização de precatórios para pagamento de outorga de delegações de serviços públicos promovidas pelo mesmo ente.
 - (B) devem ser pagos até 1º de julho do exercício seguinte àquele em que tiverem sido apresentados, desde que tenham sido apresentados até o dia 20 de dezembro.
 - (C) poderão ser parcelados em até 10 prestações anuais, quando superarem 20% da receita corrente líquida do ente devedor no exercício imediatamente anterior.
 - (D) admite-se apenas o regime de pagamento por ordem cronológica, sem preferências de qualquer natureza, em razão do princípio da isonomia e da impessoalidade.
 - (E) a liquidação do precatório se dá por meio de pagamento direto pelo Poder Executivo do ente devedor ao credor, sem participação direta do Poder Judiciário.

39. O Município "X" pretende assinar, após licitação, contrato com instituição financeira para a prestação de serviços relativos à realização dos pagamentos da folha salarial e também dos fornecedores da Prefeitura. Esse contrato dará à instituição financeira vencedora a exclusividade de tal serviço, conferindo a ela a oportunidade de auferir ganhos na venda de produtos aos servidores e também aos fornecedores municipais. Por esta razão, a licitação será vencida pela instituição que pagar à Prefeitura o maior valor pelo privilégio da referida exclusividade. Nesse contexto, é correto afirmar, com base na Lei nº 4.320/1964, que a receita recebida pela Prefeitura, decorrente do pagamento pela instituição financeira vencedora da licitação, classifica-se como

- (A) receita de serviços.
- (B) receita derivada.
- (C) receita tarifária.
- (D) preço público.
- (E) receita patrimonial.

40. O Município "Y" já era locador de imóvel no qual estava instalada uma unidade básica de saúde há cerca de 10 (dez) anos, quando resolveu adquirir para si o imóvel por meio de uma desapropriação amigável. É correto afirmar, com base na Lei nº 4.320/1964, que a despesa realizada na aquisição do imóvel classifica-se como:

- (A) precatório judicial.
- (B) inversões financeiras.
- (C) patrimonial.
- (D) investimentos.
- (E) subvenção econômica.

41. "O _____ considera os múltiplos orçamentos elaborados de forma individual - fiscal de investimentos e da seguridade social, devendo ser, ao final, consolidados, a fim de permitir o conhecimento do desempenho global das finanças públicas."

A lacuna no trecho apresentado é corretamente preenchida com a seguinte expressão:

- (A) plano plurianual
- (B) princípio da anualidade
- (C) princípio da universalidade
- (D) princípio da totalidade orçamentária
- (E) plano diretor

42. Em relação à atividade de controle e fiscalização contábil, financeira e orçamentária, é correto afirmar:
- (A) é recomendada a não segregação das funções de operação e controle, como forma de aumentar a qualidade das auditorias.
 - (B) é desempenhada isoladamente pelo chamado “controle externo”, formado pelos Conselhos de Contas.
 - (C) a atividade de controle e fiscalização não deve se tornar mais onerosa do que o seu próprio objeto de aferição, sob pena de desrespeito ao princípio da eficiência.
 - (D) é exercida pelo chamado “controle interno” de cada órgão, formado pelas controladorias internas e pelas assessorias jurídicas respectivas.
 - (E) deve atender ao princípio da subjetividade, segundo o qual o auditor de controle é autônomo para formar a sua convicção de forma livre e íntima, sem pressões externas.
43. Se determinado cidadão quer saber qual é a meta de resultado primário e nominal vigente para o ano atual e a previsão para os próximos dois exercícios, ele deve consultar:
- (A) a lei orçamentária anual.
 - (B) o plano plurianual.
 - (C) o plano diretor.
 - (D) a lei de diretrizes orçamentárias.
 - (E) o relatório atuarial.

DIREITO TRIBUTÁRIO

44. No que se refere às disposições constantes da Lei nº 6.830/1980, assinale a alternativa correta sobre execução fiscal.
- (A) O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, não interrompendo, nesses casos, a prescrição.
 - (B) O executado será citado para, no prazo de 10 (dez) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução.
 - (C) Em garantia da execução, pelo valor da dívida, juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, o executado poderá oferecer seguro garantia.
 - (D) A penhora por execução fiscal não poderá recair sobre estabelecimento comercial industrial ou agrícola, bem como em plantações ou edifícios em construção.
 - (E) O executado poderá oferecer embargos no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação da penhora.

45. De acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores, o ICMS incide sobre
- (A) as operações financeiras realizadas no Mercado de Curto Prazo da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).
 - (B) as operações de transferência de excedentes de redução de meta de consumo de energia elétrica.
 - (C) os serviços dos provedores de acesso à Internet.
 - (D) as operações de produção de embalagens sob encomenda destinadas à integração ou utilização direta em processo subsequente de industrialização ou de posterior circulação de mercadoria.
 - (E) arrendamento mercantil, contratado pela indústria aeronáutica de grande porte para viabilizar o uso, pelas companhias de navegação aérea, de aeronaves por ela construídas.
46. Uma das principais fontes de arrecadação municipal é o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). À luz da jurisprudência atual, assinale a resposta correta.
- (A) O cessionário de direito de uso de imóvel público não é contribuinte do IPTU, pois detém a posse mediante relação de natureza pessoal, sem *animus domini*.
 - (B) O usufrutuário de imóvel urbano não possui legitimidade ativa para questionar o IPTU.
 - (C) O locatário não tem legitimidade ativa para litigar em ações de natureza tributária envolvendo o IPTU.
 - (D) A previsão expressa no edital acerca da existência de débitos de IPTU sobre o imóvel arrematado transfere ao arrematante a responsabilidade pela sua quitação.
 - (E) O promitente comprador do imóvel não será contribuinte responsável pelo pagamento do respectivo IPTU.
47. No que se refere ao entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, é correto afirmar que
- (A) a competência para o recolhimento do ISSQN nas hipóteses de construção civil é do município no qual a construtora tem sede.
 - (B) a tributação fixa do ISSQN não alcança as sociedades constituídas sob a forma de responsabilidade limitada, em razão do caráter empresarial de que se reveste este tipo societário.
 - (C) as sociedades simples constituídas sob a forma societária limitada fazem jus ao benefício da tributação por alíquota fixa desde que os seus sócios prestem serviços de forma pessoal e sem caráter empresarial.
 - (D) a base de cálculo do ISSQN incidente na prestação do serviço público de transporte coletivo é o valor da tarifa vigente na data da sua utilização.
 - (E) é constitucional a incidência do ISSQN sobre operações de locação de bens móveis dissociadas da prestação de serviços.

48. A Constituição Federal trata da repartição das receitas tributárias. A esse respeito, assinale a alternativa correta.
- (A) Deve ser repassado ao Município vinte e cinco por cento do produto da arrecadação pelo Estado do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
 - (B) Deve ser repassado pelo Estado aos Municípios vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.
 - (C) Os Estados deverão destinar quinze por cento dos recursos recebidos pela transferência direta da CI-DE-Petróleo, para os Municípios de seu território.
 - (D) Pertencem aos Municípios que optem por não fiscalizar e cobrar o Imposto Territorial Rural vinte e cinco por cento da arrecadação pela União onde os respectivos imóveis estiverem situados.
 - (E) A União deverá destinar trinta por cento da arrecadação decorrente da incidência do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF sobre o ouro como ativo financeiro ou instrumento cambial para o Município no qual foi realizada a operação de origem.
49. Em determinada execução fiscal, o executado, proprietário de um carro, uma aeronave, títulos da dívida pública, um rebanho de caprinos e R\$ 100.000,00 em pecúnia, é regularmente citado e, mesmo assim, não realizou o pagamento, nem a garantia da execução. É determinada a ordem de penhora de seus bens. Considerando as disposições constantes da Lei nº 6.830/1980, assinale a alternativa que apresenta a ordem correta de penhora desses bens.
- (A) R\$ 100.000,00, o carro, a aeronave, os títulos da dívida pública, e rebanho de caprinos.
 - (B) R\$ 100.000,00, os títulos da dívida pública, o carro, a aeronave, e rebanho de caprinos.
 - (C) Os títulos da dívida pública, R\$ 100.000,00, a aeronave, o carro, e o rebanho de caprinos.
 - (D) Os títulos da dívida pública, R\$ 100.000,00, o carro, rebanho de caprinos, e a aeronave.
 - (E) R\$ 100.000,00, os títulos da dívida pública, a aeronave, o carro, e rebanho de caprinos.
50. O Poder Executivo, após discussão com a equipe econômica, decide aumentar as alíquotas do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF incidente sobre operações de crédito e diminuir a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI incidente sobre a linha branca de eletrodomésticos. A esse respeito, assinale a alternativa correta.
- (A) A alteração da alíquota do IOF não necessita observar nem a anterioridade nonagesimal, nem anual; enquanto a alteração da alíquota do IPI deve observar apenas a anterioridade anual.
 - (B) A alteração da alíquota do IOF não necessita observar nem a anterioridade nonagesimal, nem anual; enquanto a alteração da alíquota do IPI deve observar apenas a anterioridade nonagesimal.
 - (C) A alteração da alíquota do IOF deve observar apenas a anterioridade nonagesimal; enquanto a alteração da alíquota do IPI deve observar apenas a anterioridade anual.
 - (D) A alteração da alíquota do IOF deve observar apenas a anterioridade anual; enquanto a alteração da alíquota do IPI deve observar apenas a anterioridade anual.
 - (E) Tanto a alteração da alíquota do IOF quanto a do IPI não necessitam observar a anterioridade nonagesimal e a anterioridade anual.
51. Quanto aos créditos tributários, assinale a assertiva correta quanto ao instituto da remissão.
- (A) Trata-se de modalidade de extinção de crédito tributário em que há o perdão da dívida do contribuinte.
 - (B) Trata-se de modalidade de exclusão de crédito tributário em que há o perdão da dívida do contribuinte.
 - (C) Trata-se de modalidade de exclusão de crédito tributário em que há um acordo entre contribuinte e contribuinte para a extinção dos débitos tributários do segundo.
 - (D) Trata-se de modalidade de extinção de crédito tributário em que há um acordo entre contribuinte e contribuinte para a extinção dos débitos tributários do segundo.
 - (E) Trata-se de modalidade de extinção de crédito tributário em que há a compensação de débitos tributários.

52. Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto a seguir.

“A discussão judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública só é admissível em execução, na forma desta Lei, salvo as hipóteses de _____, _____ ou _____, esta(e) precedida(o) do depósito preparatório do valor do débito, monetariamente corrigido e acrescido dos juros e multa de mora e demais encargos.”

- (A) mandado de segurança ... ação de repetição do indébito ... ação anulatória do ato declarativo da dívida
- (B) mandado de segurança ... ação anulatória do ato declarativo da dívida ... ação de repetição do indébito
- (C) ação de repetição do indébito ... ação anulatória do ato declarativo da dívida ... mandado de segurança
- (D) ação de cobrança ... ação anulatória do ato declarativo da dívida ... ação de repetição do indébito
- (E) ação anulatória do ato declarativo da dívida ... ação de cobrança ... ação de repetição do indébito

53. Determinada instituição de assistência social sem fins lucrativos goza da imunidade definida no Art. 150, inciso IV, da Constituição Federal e é proprietária de vários imóveis. Alguns são diretamente utilizados para a assistência, outros estão locados a terceiros que não se relacionam com tal atividade. Quanto à imunidade para cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), é correto afirmar que

- (A) o dispositivo constitucional afasta a incidência do IPTU apenas sobre os imóveis de propriedade da instituição diretamente destinado à assistência social.
- (B) o dispositivo constitucional afastaria a incidência do IPTU sobre os imóveis de propriedade da instituição, mas a utilização de parte deles para locação, por si só, descaracterizará a imunidade para todos os imóveis.
- (C) o dispositivo constitucional afasta a incidência do IPTU sobre os todos imóveis de propriedade da instituição, mesmo que alugados a terceiros, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas suas atividades essenciais.
- (D) o dispositivo constitucional afastaria a incidência do IPTU sobre os imóveis de propriedade da instituição, mas o fato de a instituição ser proprietária de vários imóveis denota que esta tem capacidade contributiva, o que descaracteriza a imunidade para todos os imóveis.
- (E) o dispositivo constitucional afasta a incidência do IPTU sobre os todos imóveis de propriedade da instituição, mesmo que alugados a terceiros, independentemente da destinação dada ao valor dos aluguéis.

54. Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal de tributos devidos por crianças menores de idade, seus pais respondem solidariamente com estes nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis. O papel dos pais, à luz das disposições do Código Tributário Nacional, será de

- (A) Responsáveis tributários por infração.
- (B) Responsáveis tributários por sucessão.
- (C) Responsáveis tributários de terceiros.
- (D) Substitutos tributários.
- (E) Substituídos tributários.

55. No que se refere à obrigatoriedade de pagamento de tributo e de penalidade pecuniária, estamos diante, respectivamente, de

- (A) Obrigação principal e obrigação acessória.
- (B) Obrigação acessória e obrigação acessória.
- (C) Obrigação acessória e obrigação principal.
- (D) Obrigação principal e obrigação principal.
- (E) Obrigação principal e obrigação de natureza *sui generis*.

DIREITO DO TRABALHO

56. Conforme texto expresso da CLT, assinale a alternativa correta.

- (A) A contratação do autônomo, cumpridas por este todas as formalidades legais, com exclusividade e de forma contínua, caracterizará a qualidade de empregado.
- (B) É vedada a celebração de cláusula de exclusividade no contrato do autônomo.
- (C) Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela.
- (D) Considera-se como trabalho eventual o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador.
- (E) Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, havendo tão somente entre estes e os tomadores de serviços daquela.

57. Sobre o contrato de emprego, assinale a alternativa correta nos termos da lei.

- (A) Recebida a convocação para o trabalho intermitente, o empregado terá o prazo de 3 dias corridos para responder ao chamado, presumindo-se, no silêncio, a recusa.
- (B) É facultado ao empregado contratado sob regime de tempo parcial converter um terço do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário.
- (C) É proibido qualquer trabalho a menores de dezoito anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos dezesseis anos.
- (D) A contratação de pessoal para emprego público não poderá ser precedida de concurso público de provas ou de provas e títulos se a atividade for de baixa complexidade.
- (E) Recebida a convocação para o trabalho intermitente, o empregado terá o prazo de 48 horas para responder ao chamado, presumindo-se, no silêncio, o aceite.

58. Sobre prescrição, assinale a alternativa de acordo com a CLT.

- (A) A interrupção da prescrição somente ocorrerá pelo ajuizamento de reclamação trabalhista, mesmo que em juízo incompetente, ainda que venha a ser extinta sem resolução do mérito, produzindo efeitos apenas em relação aos pedidos idênticos.
- (B) Ocorre a prescrição intercorrente no processo do trabalho no prazo de um ano.
- (C) A fluência do prazo prescricional intercorrente inicia-se quando as partes deixam de movimentar o processo no prazo de doze meses.
- (D) A interrupção da prescrição somente ocorrerá pelo ajuizamento de reclamação trabalhista, desde que em juízo competente, ainda que venha a ser extinta sem resolução do mérito, produzindo efeitos apenas em relação aos pedidos idênticos.
- (E) A declaração da prescrição intercorrente pode ser requerida em qualquer grau de jurisdição, não podendo ser declarada de ofício.

59. Nos termos da CLT, assinale a alternativa que trata corretamente sobre os danos extrapatrimoniais.

- (A) Os lucros cessantes interferem na avaliação dos danos extrapatrimoniais.
- (B) Ao apreciar o pedido, o juízo não considerará eventual perdão entre os envolvidos.
- (C) Os danos emergentes interferem na avaliação dos danos extrapatrimoniais.
- (D) O juízo fixará a indenização a ser paga ao ofendido, sendo ele pessoa física, pelo valor do último salário contratual do ofensor.
- (E) A honra, a imagem, a intimidade, a liberdade de ação, a autoestima, a sexualidade, a saúde, o lazer e a integridade física são os bens juridicamente tutelados inerentes à pessoa física.

60. Sobre os direitos e garantias sindicais, assinale a alternativa correta nos termos da lei.

- (A) O empregado eleito para cargo de administração sindical não poderá ser transferido para lugar que lhe dificulte o desempenho das suas atribuições sindicais.
- (B) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, até um ano após o final do mandato, não se aplicando a mesma regra aos suplentes.
- (C) Os associados de Sindicatos de empregados, de agentes ou trabalhadores autônomos e de profissões liberais que forem aposentados perderão os respectivos direitos sindicais e ficarão isentos de qualquer contribuição, podendo, entretanto, exercer cargo de administração sindical ou de representação econômica ou profissional.
- (D) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até dois anos após o final do mandato.
- (E) Os empregadores ficam obrigados a descontar da folha de pagamento dos seus empregados, independentemente de autorização, as contribuições devidas ao sindicato.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

61. No tocante à responsabilidade por dano processual, nos termos da CLT, é correto afirmar que

- (A) a condenação de multa por litigância de má-fé não pode ocorrer de ofício, sendo necessário o requerimento da parte que se sentir prejudicada.
- (B) quando o valor da causa for irrisório ou inestimável, a multa poderá ser fixada em até duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.
- (C) a execução da multa por litigância de má-fé dar-se-á em autos próprios, como incidente ao principal.
- (D) a multa por litigância de má-fé deverá ser superior a 1% (um por cento) e inferior a 10% (dez por cento) do valor da condenação.
- (E) quando forem dois ou mais os litigantes de má-fé, o juízo condenará igualmente e solidariamente, independentemente da proporção de seu respectivo interesse na causa.

62. É correto afirmar, nos termos da CLT, que, no procedimento sumaríssimo,

- (A) estão incluídas as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.
- (B) a apreciação da reclamação deverá ocorrer no prazo máximo de dez dias do seu ajuizamento.
- (C) são permitidos os dissídios individuais cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação.
- (D) as testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.
- (E) somente quando a prova do fato o exigir, ou for legalmente imposta, será deferida prova técnica, incumbindo ao juiz, desde logo, fixar o prazo, o objeto da perícia e nomear perito.

63. Nos termos da CLT, assinale a alternativa correta sobre as nulidades processuais na Justiça do Trabalho.

- (A) As nulidades não serão declaradas senão mediante provocação das partes, ainda que fundada em incompetência de foro.
- (B) A nulidade será pronunciada ainda que arguida por quem lhe tiver dado causa.
- (C) A nulidade do ato não prejudicará senão os posteriores que dele dependam ou sejam consequência.
- (D) As nulidades não serão declaradas senão mediante *ex officio*.
- (E) As nulidades não serão declaradas senão mediante provocação das partes, as quais deverão argui-las assim que tiverem conhecimento da mesma, independentemente do momento processual.

64. Nos termos da CLT, assinale a alternativa que trata corretamente das exceções na justiça do trabalho.

- (A) Nas causas da jurisdição da Justiça do Trabalho, somente podem ser opostas, sem suspensão do feito, as exceções de suspeição ou incompetência.
- (B) Das decisões sobre exceções de suspeição e incompetência, salvo, quanto a estas, se terminativas do feito, não caberá recurso, não podendo ainda as partes alegá-las novamente no recurso que couber da decisão final.
- (C) Apresentada a exceção de suspeição, o juiz ou Tribunal designará audiência dentro de 5 (cinco) dias, para instrução e julgamento da exceção.
- (D) Decidida a exceção de incompetência territorial, o processo retomará seu curso, com a designação de audiência, a apresentação de defesa e a instrução processual perante o juízo competente.
- (E) Apresentada exceção de incompetência, abrir-se á vista dos autos ao exceto, por 24 (vinte e quatro) horas improrrogáveis, devendo a decisão ser proferida na primeira audiência.

65. Assinale a alternativa que trata corretamente sobre o sistema recursal na justiça do trabalho, de acordo com texto expresso da CLT.

- (A) A interposição de recurso para o Supremo Tribunal Federal prejudica a execução do julgado.
- (B) Nas reclamações sujeitas ao procedimento sumaríssimo, o recurso ordinário será imediatamente distribuído, uma vez recebido no Tribunal, devendo o relator liberá-lo no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, e a Secretaria do Tribunal ou Turma colocá-lo imediatamente em pauta para julgamento, com revisor.
- (C) O recurso de revista, dotado de efeito apenas suspensivo, será interposto perante o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, que poderá recebê-lo ou denegá-lo.
- (D) É irrecurável a decisão monocrática do relator que, em agravo de instrumento em recurso de revista, considerar ausente a transcendência da matéria.
- (E) O agravo de instrumento interposto contra o despacho que não receber agravo de petição suspende a execução da sentença.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

66. Determinada empresa formulou, com base no Código Tributário do Município de Marília, Lei Complementar nº 889/2019, requerimento de consulta sobre dispositivos da legislação tributária aplicáveis. A autoridade fiscal, sob o argumento de que a matéria já havia sido decidida em consulta sobre a mesma matéria envolvendo contribuinte diverso, embora não disciplinada em ato normativo, considerou ineficaz a consulta formulada.

Diante do caso narrado e legislação mencionada, assinale a alternativa correta.

- (A) Agiu corretamente a autoridade fiscal, tendo em vista a existência de decisão em consulta sobre a mesma matéria, ainda que envolvendo contribuinte diverso.
- (B) A consulta produziria efeitos ainda que a consulente estivesse sob procedimento fiscal já iniciado anteriormente à consulta para apurar fatos relacionados com a matéria consultada.
- (C) A consulta formulada tem o condão de suspender o prazo para recolhimento do tributo e as atualizações e penalidades decorrentes do atraso no seu pagamento.
- (D) A consulta deverá ser respondida pela autoridade fiscal competente dentro do prazo de 30 (trinta) dias, prorrogado por igual período, contados da data da sua apresentação, com despacho final do Secretário Municipal da Fazenda.
- (E) A resposta à consulta será vinculante para a Administração, ainda que obtida mediante elementos inexistentes fornecidos pelo consulente.

67. Assinale a alternativa que contempla apenas matérias sujeitas à aprovação ou alteração mediante maioria qualificada de 2/3 dos membros da Câmara, de acordo com o disposto na lei orgânica do Município de Marília.
- (A) Código Tributário do Município, Código de Obras ou de Edificações, Estatuto dos Servidores Municipais.
 - (B) Regimento Interno da Câmara, Criação de cargos e aumento de vencimentos de servidores, Obtenção de empréstimo de particular.
 - (C) Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, Zoneamento urbano, Concessão de serviços públicos.
 - (D) Concessão de direito real de uso, Código Tributário do Município, Estatuto dos Servidores Municipais.
 - (E) Regimento Interno da Câmara, Concessão de direito real de uso, Alienação de bens imóveis.
68. A respeito dos segurados do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS – do Município de Marília, nos termos do disposto na Lei Complementar nº 918/2021, assinale a alternativa correta.
- (A) Servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração é considerado segurado facultativo do Regime Próprio Municipal.
 - (B) O servidor inativo que voltar a ocupar cargo de provimento efetivo acumulável será contribuinte obrigatório do Instituto de Previdência do Município de Marília em relação a este cargo, respeitando-se o limite legal para recebimento dos proventos.
 - (C) Servidor ocupante de cargo temporário ou emprego público é considerado segurado obrigatório do Regime Próprio Municipal.
 - (D) O servidor titular de cargo efetivo filiado ao Instituto de Previdência do Município de Marília, quando afastado do cargo efetivo para exercício de mandato eletivo estadual, terá automaticamente suspensa sua filiação durante o período de mandato.
 - (E) O servidor titular de cargo efetivo filiado ao Instituto de Previdência do Município de Marília, quando cedido a outro órgão, Poder de outro ente federado com ou sem ônus, manterá sua condição de segurado somente se houver o recolhimento mensal da contribuição por parte do órgão ou poder cessionário.
69. Platão foi servidor público municipal ocupante de cargo em comissão, tendo deixado o cargo há 8 (oito) meses. Um mês antes de deixar o cargo manteve relacionamento oficial direto e relevante em decorrência do cargo ocupado, com pessoa jurídica, capaz de configurar conflito de interesses, e atualmente estabeleceu vínculo profissional com a mesma pessoa jurídica.
- Diante da situação hipotética e considerando o disposto no Código de Ética e Disciplina do Servidor Público do Município de Marília, Lei Complementar nº 680/2013, assinale a alternativa correta.
- (A) O Código de Ética é aplicável unicamente aos servidores em atividade, não havendo qualquer disposição tratando sobre possível conflito de interesses em situação semelhante à narrada.
 - (B) Platão violou o Código de Ética, ante o conflito de interesses, sendo irrelevante o fato de ter deixado o cargo há oito meses.
 - (C) Platão violou o Código de Ética tendo em vista ter mantido relacionamento um mês antes de ter deixado o cargo.
 - (D) A atitude de Platão violou o Código de Ética, que estabelece o período de 1 (um) ano de interdição para o exercício de atividade.
 - (E) A atitude de Platão não violou o Código de Ética, pois o período de interdição para o exercício de atividade que configure conflito de interesses é de 6 (seis) meses e Platão deixou o cargo há 8 meses.
70. Sobre o estágio probatório do servidor nomeado para cargo de provimento efetivo, nos termos do disposto na Lei Complementar nº 11/1991, Código de Administração do Município de Marília, assinale a alternativa correta.
- (A) Um dos requisitos da avaliação do estágio probatório é o desempenho laboral, subdividido em 'observância das regras de trabalho', 'cumprimento do dever funcional' e 'qualidade do trabalho'.
 - (B) Para efeito da avaliação, é possível a utilização excepcional de processo ou penalidade anterior relativos ao avaliado.
 - (C) A Prefeitura Municipal terá uma Comissão de Avaliação de Desempenho centralizada, encarregada da avaliação dos servidores das Autarquias Municipais.
 - (D) Serão realizadas 6 (seis) avaliações ao longo do estágio probatório, sendo elas integradas, computando-se, nas subsequentes, as avaliações das anteriores.
 - (E) A avaliação durante o estágio probatório será feita exclusivamente com relação ao requisito desempenho laboral, com critérios objetivamente aferíveis.

